

Ajuste fiscal, reformas e o aumento da exclusão social no Brasil

O Conselho Superior (CONSUP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), colegiado que reúne representantes da Gestão, dos segmentos Docente e Técnico Administrativo em Educação, Discente e Sociedade Civil, em resolução aprovada por seus membros, manifesta a sua preocupação com as consequências que resultarão do Ajuste Fiscal determinado pela PEC 55, dos recorrentes contingenciamentos de recursos destinados aos serviços públicos, da retirada de programas sociais ligados às populações indígena, quilombola e outros grupos sociais historicamente desprestigiados, assim como das impactantes mudanças operadas na legislação educacional e trabalhista.

Nesse sentido, o CONSUP do IFBAIANO vem através desta carta alertar a população, em seus diferentes segmentos, e as instâncias de representação política que compõe o Estado, que as medidas aludidas acima, adotadas recentemente pelo Governo brasileiro, promoverão o aumento significativo da exclusão social no país, pois, ao invés de estimular o desenvolvimento econômico, diminuirá drasticamente o acesso aos serviços públicos e ao emprego. Na esteira desse processo, não haverá distribuição de renda e o consumo e a produção despencará. A cidadania não passará de um estatuto formal, impossível de se universalizar, e preceitos expressos na Constituição de 1988 se tornarão letra morta.

Partindo de um diagnóstico errôneo, implementa-se no Brasil uma série de medidas que comprovadamente não deram certo em outras nações, vide o trágico cenário social que se apresentou na América Latina, nas últimas décadas do século passado, e, atualmente, em países da Europa, como a Grécia. Ou seja, trata-se da aplicação de um receituário de política econômica que a literatura especializada e as experiências internacionais demonstram o seu fracasso e a sua incompatibilidade para que se mantenham direitos sociais conquistados no país a partir de uma longa e árdua luta das populações indígena e negra, de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

Ao mesmo tempo, não há nenhuma iniciativa, por parte do Governo Federal, no sentido de se realizar uma auditoria da dívida pública, a qual, em 2016, segundo a Associação Auditoria Cidadã da Dívida, consumiu para pagamentos de juros e amortizações 43,94% do Orçamento Federal, o equivalente a 2.572 trilhões de reais. Com isso, asfixia-se a possibilidade de um desenvolvimento econômico autônomo, comprometendo decisivamente o Orçamento Federal ao privilegiar a transferência de recursos públicos para o sistema financeiro. Vale ressaltar que essa tem sido uma prática recorrente, assumida por diferentes Estados, que objetiva a recomposição da taxa de lucro que foi rebaixada com a crise econômica eclodida em 2008 e que atingiu diferentes setores da atividade econômica em uma abrangência global.

Diante desse cenário, o CONSUP do IFBAIANO manifesta a sua extrema preocupação com relação aos graves problemas que, inevitavelmente, decorrerão do ajuste fiscal e das reformas aprovadas ou das que ainda tramitam no Congresso Nacional para

aprovação. Reconhecemos que o recorrente contingenciamento de recursos para a educação pública e, em particular, para a rede federal de ensino, bloqueia processos de inclusão social e de acesso à educação profissional e tecnológica que merecem ser ampliados. Notemos ainda que o desenvolvimento de pesquisas científicas e projetos de intervenção social acontecem nas instituições públicas, que são responsáveis por produzir conhecimento direcionado à realidade das populações do Brasil. E isso define a autonomia do país, especialmente no campo das tecnologias, da energia e do bem estar do povo em geral. O retrocesso no campo da Educação nos condenará à dependência estrangeira e à índices mais altos de pobreza e desigualdades.

Por isso, nos associamos às demais instituições públicas e organizações da sociedade civil no sentido de postular a reversão imediata das alterações promovidas na Constituição, em seus conteúdos fiscal, educacional e trabalhista, assim como a suspensão de propostas de mudanças na legislação que estão em curso, através da Reforma da Previdência, que limitará o direito à aposentadoria, e da Reforma Política, que restringirá, ainda mais, a participação política. Entendemos que tais mudanças não contribuirão para a superação da crise econômica em curso. Pelo contrário, agravarão os problemas existentes no país, excluindo direitos essenciais para garantia de uma vida digna e inviabilizando a construção de uma sociedade justa e solidária.

Salvador, 17 de agosto de 2017